


## DA “FAVELLA VERMELHA” À “PERDIÇÃO NOS SUBÚRBIOS”: A CAMPANHA DA HIGIENE DE 1907 NA IMPRENSA CARIOCA

FROM “RED FAVELLA” TO “PERDITION IN THE SUBURBS”: 1907’S HYGIENE CAMPAIGN IN THE CARIOCA PRESS

Fábio de Brito Rezende

 <https://orcid.org/0000-0003-2555-9153>

**Correspondência:** fabio.rezende@unifesp.br

Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil.

**DOI:** 10.12957/cdf.2026.97023

**Recebido em:** 23 fev. 2026 | **Aceito em:** 12 maio 2026

### RESUMO

O presente trabalho busca, por meio de uma Campanha da Higiene conduzida em meados do ano de 1907, refletir sobre a temática da ocupação urbana do Rio de Janeiro, com foco em duas espacialidades da cidade: o morro da Favella e os subúrbios cariocas. Utilizando síntese bibliográfica e análise documental de periódicos publicados da década de 1900 (como o *Jornal do Brasil* e *O Malho*) como aportes metodológicos, concluímos que o episódio influenciou perceptivelmente a ocupação destes espaços, ao dispersar a população pobre e negra dos distritos centrais do Rio de Janeiro em direção aos subúrbios da cidade e produzindo novos espaços criminalizados no Rio de Janeiro, como a região de D. Clara, apelidada na imprensa de “sucursal da Favella”.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro; saneamento; racismo; primeira república.

### ABSTRACT

This study seeks, through an analysis of a Hygiene Campaign conducted in mid-1907, to reflect on the issue of urban occupation in Rio de Janeiro, focusing on two spatial contexts within the city: Morro da Favella and the carioca suburbs. Using a bibliographic review and documentary analysis of newspapers published in the 1900s (such as *Jornal do Brasil* and *O Malho*) as methodological approaches, we conclude that the episode perceptibly influenced the occupation of these spaces by dispersing the poor and Black population from the central districts of Rio de Janeiro toward the city’s suburbs, thereby producing new criminalized spaces in Rio de Janeiro, such as the region of D. Clara, nicknamed by the press the “branch of Favella.”

**Keywords:** Rio de Janeiro; sanitation; racism; first republic.



## 1 INTRODUÇÃO

Em meados de abril do ano de 1907, uma ação do Departamento de Higiene foi timidamente noticiada por meio de uma série pequenas notas publicadas na imprensa carioca. Jornais como *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Brasil* reportaram a ação conjunta entre o Prefeitura, Polícia e Higiene que seria realizada nos morros da cidade: “Em uma conferência realizada ultimamente entre os Srs. Drs. Chefe de Polícia, Prefeito do Distrito Federal e Diretor Geral de Saúde Pública, ficou resolvido o completo saneamento dos morros dessa Capital”<sup>1</sup>. Em outras palavras, Alfredo Pinto (Chefe de Polícia), Souza Aguiar (Prefeito do Rio de Janeiro) e Oswaldo Cruz (Diretor de Saúde Pública) decidiram pela demolição completa das habitações existentes nos morros, sem preocupação efetiva acerca do destino de seus moradores. Importa destacar que, ainda que a nota acima apontasse o saneamento da Capital, as ações estavam nitidamente endereçadas aos morros de Santo Antônio e, principalmente, ao morro da Favella, localizados no coração da cidade do Rio de Janeiro.

Embora o “saneamento” dos morros da Favella e de Santo Antônio (que passaram a ocupar, nos anos anteriores, lugar de destaque nas colunas criminais da imprensa carioca) tenha sido acordado entre as autoridades supracitadas, veremos adiante que os diversos prazos determinados posteriormente não foram respeitados, o que pode ser considerado um indício das dificuldades de se colocar em prática o projeto de demolição das habitações e expulsão da população residente nestes morros.

Entre os meses de maio e junho deste ano, houve um aumento significativo de notícias acompanhando a saga desta “Tríplice Aliança” da Ordem Pública carioca na busca ambiciosa de livrar o centro da Capital Federal de uma suposta “chaga” que havia se instalado em suas encostas acidentadas. Este *coração das trevas* (Cardoso, 2020) se expandiu na esteira do cerco aos cortiços conduzidos pouco mais de uma década atrás pelo prefeito Barata Ribeiro, que culminou na demolição do notório cortiço *Cabeça de Porco*, considerado o maior cortiço da cidade ao ocupar um amplo terreno entre a estação ferroviária Central do Brasil e o Morro da Providência.

Ao passo que os cortiços perdiam a centralidade no debate conduzido por meio da imprensa da cidade sobre questões de higiene, moral e criminalidade na virada do século XIX para o século XX, os morros de Santo Antônio e da Providência passaram a ocupar

---

<sup>1</sup>Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 abr. 1907, n° 108, p. 3. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015\\_02/22467](http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_02/22467). Acesso em 16 fev. 2026.

este vácuo. Junto a eles, uma nova espacialidade começou a surgir nas colunas criminais da imprensa do Rio de Janeiro, nos primeiros anos da década de 1900: o morro da Favella.

A transição da “Era dos Cortiços” para o “Século das Favelas” (Chalhoub, 1996), então, tomou forma na década de 1900. Por isso, este trabalho se dedica a analisar a Campanha da Higiene de 1907 como episódio que pode, potencialmente, enriquecer o debate sobre as transformações sofridas pela Capital Federal brasileira da Primeira República. No entanto, nosso interesse não repousa apenas nos distritos centrais da cidade. No mesmo período, os distritos suburbanos da cidade começaram a capturar a atenção da imprensa da cidade, assim como de escritores famosos da época, como Olavo Bilac e Lima Barreto.

Consideramos a Campanha da Higiene de 1907 um fio condutor de conexão entre a história da ocupação dos espaços periféricos da cidade que, durante a *belle époque* carioca, testemunhou uma notável migração populacional das regiões centrais da cidade em direção a bairros suburbanos que, atualmente, compõem a Zona Norte do Rio de Janeiro (Mendonça, 2019). Adicionalmente, defendemos que tal migração levou consigo os estigmas e preconceitos construídos sobre a população dos morros cariocas, identificados nos discursos promovidos pela imprensa da cidade acerca de uma “nova favella”, ou de uma “sucursal da favella” no bairro suburbano de D. Clara, próximo à estação ferroviária de Madureira, que foi tratado como novo *locus* de criminalidade carioca.

Para isso, utilizamos como aportes metodológicos uma breve síntese bibliográfica sobre a história da cidade do Rio de Janeiro, sem desprezar aspectos raciais que permeiam a temática do ordenamento urbano na Primeira República, atravessada por ideologias racistas que, em muitas instâncias, pautava os debates sobre civilização, modernização e moral da nação brasileira deste período. Conduzimos, também, a análise documental de notícias, fotos e charges publicadas na imprensa carioca entre os meses de abril e julho de 1907, por considerar imprescindível a análise contextualizada destas mídias e o esforço para compreender as motivações e interesses envolvidos nos relatos sobre a Campanha da Higiene realizada neste período.

## 2 “UMA LIMPEZA INDISPENSÁVEL”

Na virada do século XIX para o século XX, a Capital Federal brasileira era a cidade mais populosa do país, sendo tal processo consolidado no decorrer do século XVIII (Villela, 2024). No início do século XIX, a chegada da Corte portuguesa à cidade pode ser entendida como um elemento relevante a este fato, visto que D. João VI não aportou sozinho na colônia portuguesa, estimando-se que entre 10 e 15 mil portugueses (IGBE, 2007), membros das elites políticas e econômicas da MetrÓpole imigraram ao Brasil nos anos que sucederam a vinda da Corte ao Rio de Janeiro.

Outros processos irão se somar a este episódio para agravar o déficit habitacional do Rio de Janeiro, como o êxodo populacional de outras provÍncias do país em direção à capital, em busca de supostas oportunidades de trabalho em uma cidade que se urbanizava em ritmo acelerado. O inchaço populacional, na década de 1870, já capturava a atenção de políticos e empresários preocupados com a disseminação dos cortiços cariocas, fazendo que uma série de Códigos de Posturas Municipais fossem determinadas para tentar impedir, sem sucesso, a construção de novos cortiços nas freguesias centrais da cidade e a manutenção dos prédios existentes (Chalhoub, 1996).

Diversas foram as justificativas utilizadas para o ataque aos cortiços da cidade, entre questões referentes à saúde pública – já que os cortiços eram considerados vetores de doenças, como a febre amarela – e ao combate à criminalidade – visto que as habitações eram vistas como refúgio de criminosos. Em resumo, os cortiços foram elencados como lar preferencial das “classes perigosas” (Chalhoub, 1996) da cidade. Ainda que este trabalho busque destacar questões raciais que permeiam o debate sobre a relação entre cortiços, favelas e a cidade do Rio de Janeiro, importa destacar que a população residente nos cortiços (e posteriormente, nas favelas, como veremos adiante) possuía uma composição pluriétnica, entre nacionais e estrangeiros (portugueses, espanhóis e “turcos”, como eram chamados os imigrantes árabes residentes na cidade), negros, “mestiços” e brancos, cariocas, mineiros e migrantes nordestinos.

Anos depois, durante o termo do prefeito Barata Ribeiro, o cerco aos cortiços acelerou-se, tomando ares de espetáculo pela imprensa da cidade. A demolição do famoso cortiço *Cabeça de Porco*, em fevereiro de 1893 (que em seu auge abrigou uma população estimada em 4 mil habitantes) foi acompanhada de perto por alguns dos principais impressos do Rio de Janeiro, como a *Revista Illustrada* e o *Jornal do Brasil*. O prefeito foi investido de uma aura quase mitológica ao conduzir, pessoalmente, o processo de

demolição do cortiço ocorrido, literalmente, da noite para o dia, e o evento foi comemorado efusivamente na imprensa (Chalhoub, 1996) como o triunfo da ordem contra a barbárie que o famoso edifício representava, aos olhos das elites.

A demolição do Cabeça de Porco não representou um golpe final aos cortiços da cidade, que continuariam a compor a paisagem urbana carioca nos anos e décadas seguintes. Porém, este acontecimento representou um elemento vital para o entendimento da disseminação de outra forma de habitação que se tornaria parte do cenário do Rio de Janeiro no século XX, espalhadas a princípio nas encostas dos morros das regiões centrais da cidade:

Nas primeiras décadas do século XX, jornalistas, engenheiros, médicos e homens públicos ligados à gestão da capital — inclusive os chefes da polícia — deixam, pouco a pouco, de se interessar pelo cortiço, que se torna uma “coisa do passado”, de importância menor para o higienismo. Os cortiços sobrevivem apenas em uma existência residual.

A favela passa, então, a ocupar o primeiro lugar nos debates sobre o futuro da capital e do próprio Brasil, tornando-se alvo do discurso de médicos higienistas que condenam as moradias insalubres. Para ela se transfere o postulado ecológico do meio como condicionador do comportamento humano, persistindo a percepção das camadas pobres como responsáveis pelo seu próprio destino e pelos males da cidade. Dando a perceber que o debate sobre a pobreza e o habitat popular — já desde o século XIX agitando as elites cariocas e nacionais — fará emergir um pensamento específico sobre a favela do Rio (Valladares, 2005, p. 28).

Seguindo os caminhos da população afetada pela destruição do notório cortiço (Chalhoub, 1996; Campos, 2010), a ocupação das encostas acidentadas próximas à estação ferroviária Central do Brasil tornou-se uma alternativa válida aos desabrigados. Nesse ponto, o morro da Favella adquiriu rapidamente o *status* de *locus* da criminalidade, anteriormente pertencente aos cortiços, desde o Império.

Por meio da imprensa da Capital do país pudemos, neste trabalho, acompanhar a construção retórica dos morros centrais da cidade como “espaços criminalizados” (Campos, 2010) do Rio de Janeiro. Utilizando as ferramentas de busca do acervo digital de periódicos da Biblioteca Nacional – a Hemeroteca Digital – foi possível filtrar de forma eficiente as notícias que abordavam o cotidiano carioca. Logicamente, o que está impresso não pode ser lido como verdade absoluta, e devemos estar atentos ao contexto de publicação destes diversos periódicos, assim como ao circuito de produção destes jornais, em um momento em que a notícia se tornava um produto amplamente consumido

como mercadoria no Brasil (Eleutério, 2012), na esteira de uma revolução tecnológica da imprensa do país:

[...] a imprensa conheceu múltiplos processos de inovação tecnológica que permitiram o uso de ilustração diversificada - charge, caricatura, fotografia assim como aumento das tiragens, melhor qualidade de impressão, menor custo do impresso, propiciando o ensaio da comunicação de massa. [...] os setores de suporte daquela atividade conheceram avanços, surgindo rapidamente um mercado consumidor, enquanto se estimulava a produção interna do papel, matéria-prima fundamental para desenvolvimento do ramo. A imprensa tornava-se grande empresa, otimizada pela conjuntura favorável, que encontrou no periodismo o ensaio ideal para novas relações de mercado do setor (Eleutério, 2012, p. 83).

De forma a lidar com os desafios e armadilhas da leitura dos fatos narrados por agentes da imprensa, a análise documental se apresenta como procedimento metodológico útil aos nossos interesses:

[...] o analista não poderia prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura política, econômica, social, cultural, que propiciou a produção de um documento determinado. Tal conhecimento possibilita apreender os esquemas conceituais de seu ou seus autores, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc. Pela análise do contexto, o pesquisador se coloca em excelentes condições até par compreender as particularidades da forma, da organização, e, sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos (Cellard, 2012, p. 296)

Dessa forma, tendo como base da análise responder a uma série de perguntas (quem? Por quê? Quando? Como? Para quem?), conseguimos melhor entender as notícias não como testemunho da verdade, mas como um fragmento da construção retórica de versões que animam o debate público sobre determinadas temáticas. No caso da imprensa carioca, na virada do século XIX para o século XX, o poder da escrita e da leitura da imprensa estava concentrado fortemente em uma classe média branca, que ecoava seus interesses e preconceitos de forma bastante evidente.

[...] foram homens que tiveram o direito à escolarização e/ou acesso aos recursos simbólicos e materiais para mobilizar a imprensa escrita, que, como se nota, foi fundamental na criação e amplificação de uma visão dominante sobre insalubridade e falta de higiene na capital da República (Cruz, 2020, p. 24).

Foram estes os indivíduos que construíram a imagem negativa dos cortiços no século XIX, e foram indivíduos destes mesmos estratos de classe e raça que viriam a transformar o morro da Favella no novo inimigo da população carioca, sob a premissa de um combate às condições de insalubridade da cidade.

Inicialmente, realizamos uma análise de referências às palavras “favela” e “favella”<sup>2</sup> em registros na imprensa carioca armazenados na Hemeroteca Digital<sup>3</sup> entre as décadas de 1890 e 1900. Desta forma, podemos acompanhar o surgimento e a consolidação da palavra “favela” como espacialidade da cidade do Rio de Janeiro. As menções às palavras na década de 1890 eram, quase em sua totalidade, referentes à campanha militar contra o assentamento de Canudos, no sertão nordestino entre 1896 e 1897. Alguns anos depois, em 1901, encontramos, enfim, uma menção da Favella como área da cidade, contígua ao morro da Providência:

Há no morro da Providência, na face que dá para a ladeira dos Melões, junto ao túnel da estrada de ferro que leva à estação Marítima, e a cavalleiro d’este, um grupo de casinhas cobertas de telhas de zinco, conhecido pelo Arraial da Favella.

Esta denominação é moderna, e data de alguns mezes depois da chegada aqui dos corpos do exército que estiveram em Canudos.

É que os moradores de taes casinhas são todos soldados casados, que estiveram combatendo no alto da Favella, em Canudos, os quaes encontraram pontos de semelhança entre os dous morros.<sup>4</sup>

Nos meses e anos seguintes, a Favella se tornaria central nos debates sobre segurança, crime e civilização na cidade do Rio de Janeiro, um lugar de “sobressaltos” (Cruz, 2020) para a população. De acordo com os numerosos relatos publicados nos jornais citadinos, qualquer transeunte desavisado poderia ser repentinamente atacado por turbas de vagabundos, desordeiros e desertores:

O morro da Favella constitui actualmente o terror da 9ª circumscrição, pois é alli o ponto predilecto para refúgio de vagabundos, desordeiros e indivíduos implicados em varios processos.

[...] Várias tem sido as queixas dirigidas à 9ª delegacia contra taes desordeiros que alli promovem distúrbios e commetem os maiores

---

<sup>2</sup>Durante a década de 1900, ambas as palavras eram utilizadas na imprensa para se referir ao morro da Favella. Como “favella” era a forma predominante nas notícias analisadas neste trabalho, escolhemos por manter esta grafia no corpo deste trabalho.

<sup>3</sup>Escolhemos por reproduzir os textos exatamente como foram publicados.

<sup>4</sup>A Notícia, Rio de Janeiro, 9 mai. 1901, nº 109, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/830380/7794>. Acesso em 16 fev. 2026.

desatinos, quase sempre por questões de ciúmes de um grupo de vagabundos que lá fixaram residência<sup>5</sup>.

Nesse ponto, faz-se relevante apontar que, no início do século XX, vigorava o novo Código Penal republicano de 1891. Entre seus itens mais conhecidos, estavam o conjunto de artigos apelidados de “Leis da Vadiagem”, que em suma criminalizavam o trânsito de pessoas que não pudessem comprovar satisfatoriamente sua ocupação. Por meios de pequenas notas da imprensa carioca, podemos apontar que as “Leis da Vadiagem” foram frequentemente aplicadas a moradores da Favella, como a exemplo da pequena nota a seguir, extraída da Gazeta de Notícias em 1903: “No xadrez da 9ª circumscrição urbana foram recolhidos hontem a noite 35 vagabundos encontrados vagando pelo morro da Favela”<sup>6</sup>. Logo, os “vagabundos” noticiados seriam nada menos que “bandidos” denunciados indiscriminadamente pela imprensa, de forma muito similar ao que vem ocorrendo nos últimos anos nos telejornais cariocas ao cobrir operações policiais e o cotidiano das favelas. Apenas o ato de viver na favela, tanto em 1903 quanto atualmente, reveste o indivíduo com o manto da suspeição, passível ao escrutínio desconfiado da população carioca e do poder público.

Por isso, dado o nível de atenção aos morros da região central da cidade no debate público mobilizado na imprensa e nas ações das forças policiais, não tardou para fossem mobilizados esforços institucionais com o objetivo de lidar com o “problema” que a Favella representava. Antes mesmo da Campanha da Higiene de 1907 que o presente artigo pretende elucidar, já haviam sido conduzidas operações de saneamento na região em 1901 (Cruz, 2020) e em 1905, como podemos atestar por algumas notas publicadas no *Jornal do Brasil* e no *Correio da Manhã*:

Os proprietários de terrenos no morro da Favella foram convidados pelo sr. prefeito a construir pequenas habitações para a classe proletária visto ter a Prefeitura de mandar demolir os cortiço alli existentes, por não estarem de acordo com as posturas municipaes.

São em numero de 28 os grupos de taes habitações e ainda subdivididos em nada menos de 63 infectas vivendas, onde a luz é pouca e a falta de hygiene completa.

<sup>5</sup>Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 abr. 1903, nº 117, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015\\_02/6672](http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_02/6672). Acesso em 16 fev. 2026.

<sup>6</sup>Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 26 nov. 1903, nº 329, p. 2. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/103730\\_04/6691](http://memoria.bn.gov.br/docreader/103730_04/6691). Acesso em 16 fev. 2026.

Na sua maioria são feitas de taipa ou de folhas de lata de kerozene, sem a menor segurança<sup>7</sup>

A notícia acima, publicada no *Jornal do Brasil*, apresenta detalhes interessantes, como o fato de estarem sendo contabilizadas, de alguma forma, a quantidade de habitações presentes na Favella. Além disso, surge uma outra temática que se faria recorrente na imprensa carioca nos anos seguintes: a necessidade de construção de habitações populares para a classe trabalhadora da cidade. O desequilíbrio entre as ambições do poder público de demolir as habitações dos morros centrais da cidade e as consequências de tais ações, que viriam a agravar o déficit habitacional da cidade, pode ser entendido como elemento determinante para a resiliência do morro da Favella, como veremos adiante.

Por fim, outro tópico relevante surge na notícia, já mencionado por outros pesquisadores (Chalhoub, 1996; Cruz, 2020), que precarizava ainda mais a vida dos habitantes da Favella. Ainda que não esteja explícito na nota do *Jornal do Brasil*, grande parte dos moradores da região eram apenas locatários dos terrenos, estando sujeitos a mudanças repentinas e arbitrárias nos valores de locação dos terrenos, o que impactava negativamente nas condições de vulnerabilidade desta população. Essa questão já havia sido noticiada na *Gazeta de Notícias*, em 1903. Na ocasião, alguns repórteres do impresso fizeram uma das raras visitas à região, entrevistando alguns moradores no caminho.

Por meio da análise dos relatos publicados na imprensa na década de 1900, observamos que, em grande medida, os relatos sobre os supostos crimes ocorridos na Favella e adjacências eram reproduções de testemunhos de terceiros. Este fato, misturado à criatividade dos repórteres, gerava distorções significativas nos relatos que chegavam ao público leitor dos diversos jornais cariocas. Chalhoub (2001), ao acompanhar um crime que veio a vitimizar um homem conhecido como Zé Galego, relata as divergências entre as versões de testemunhas oculares do fato, dos depoimentos colhidos pela polícia e do que veio a ser, de fato, publicado na imprensa. Utilizando um conto de Lima Barreto, o autor apresenta um elemento central para compreendermos a espetacularização da violência que era tão marcante para a imprensa nesse período:

[...] Lima Barreto, em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, satiriza acidamente a forma como eram compostas as notícias de crimes

---

<sup>7</sup>Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 jan. 1905, nº 11, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015\\_02/15629](http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_02/15629). Acesso em 16 fev. 2026.

no Correio da Manhã, que aparece com o nome de *O Globo* em sua narrativa. Lima Barreto conta como os jornalistas se empenhavam em inventar detalhes extravagantes que enfeitassem a notícia, causando sensação ao público e assegurando a venda de muitos exemplares do jornal. O sensacionalismo começava já na “cabeça” — isto é, nas “considerações que precedem uma notícia” — e se caracterizava por um filosofar de caráter moralizador (Chalhoub, 2011, p. 27).

Dessa forma, as raras incursões realizadas pelos repórteres, ainda que atravessadas pelos seus preconceitos, apresenta versões menos turvas do cotidiano da cidade que apenas reproduções floreadas de testemunhas oculares que alimentavam as colunas criminais dos periódicos. Fica evidente, também, que a intencionalidade destes relatos diferia dos relatos criminais, e que o objetivo era de tentar ilustrar as precárias condições a que estavam sujeitos os moradores da Favela.

Voltando ao relato da *Gazeta*, um dos moradores entrevistado, ao ser perguntado se havia construído sua casa, respondeu que tinha senhorio, e que pagava aluguel pela moradia. O longo relato da *Gazeta* termina em tom de denúncia e até mesmo, à luz dos acontecimentos futuros, de forma profética:

[...] Nós saímos da Favela perfeitamente assombrados, As scenas que seccamente narramos são a expressão da verdade e relembram as mais furibundas paginas do roda pé-romance.

É possível que alli, à boca da rua da America, no centro da cidade, as casas sejam de barro e folhas de Flandres, construídas por proprietários que dellas retiram grossas rendas sem o mínimo escrúpulo? Seria crível que, a dous passos da rua do Ouvidor haja uma *Favela*, um reducto inexpurgável de desordeiros conhecidos e de gatunos temíveis?

[...] Terá o público a pallida noticia destes assombros, o illustre Prefeito naturalmente providenciará para mandar de molir essas vergonhas de baiucas, causa de mortes e de vergonhas nossas, e é bem possível que, fallando um diário de tantos gatunos e de tantos capoeiras, fique despeitado o delegado com a coragem, e a policia tome providencias...<sup>8</sup>

Em outra visita de repórteres ao morro da Favela, desta vez publicada na revista *O Commentário* de 1905, podemos identificar novamente certa divergência entre as versões correntes na imprensa carioca sobre a região como lugar de perigo e os testemunhos de quem, de fato, se propunha a explorar a localidade e a conversar com seus habitantes. Ainda que, como já mencionamos, os relatos estejam ainda permeados por

---

<sup>8</sup>Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 21 mai. 1903, nº 141, p. 2. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/103730\\_04/5749](http://memoria.bn.gov.br/docreader/103730_04/5749). Acesso em 16 fev. 2026.

preconceitos (tanto raciais quanto regionais), são diferentes das diversas “cenas de sangue” que dominavam o imaginário sobre a Favella:

Nós fomos ver a Favella, e não encontramos lá signaes de sangue, nem fomos desacatados pelos que ali tem morada. Colhemos, entretanto, algumas impressões que vamos transmitir ao leitor, e que offerecemos como um quadrinho à contemplação dos Srs. Director de Hygiene Municipal e Director Geral de Saude Publica<sup>9</sup>.

Após receberem instruções de uma moradora sobre como alcançar um dos acessos ao morro, os repórteres encontraram alguns moradores, entre eles “uma rapariguinha, parda ruiva, em saia e camisa, gafurinha eriçada, dentes limados, [...] um latagão, feições accentuadas de nortista, em camisa de meia” assim como “uma mulher que não era fácil de classificar no quadro das raças humanas” e uma outra mulher “definitivamente mulata, e tinha ao collo uma criança branca, núa”.

Nesse ponto, ainda que não tenhamos indícios suficientes para entender o que se configura, nesta fala, a incapacidade de classificar uma pessoa “no quadro das raças humanas”, consideramos importante o destaque a este trecho, levando-se em consideração o histórico de desumanização de pessoas negras no Brasil como um processo que não foi superado após a Abolição. A produção das classes perigosas da cidade passava, sobremaneira, pelo filtro racial: “[...] o contexto histórico em que se deu a adoção do conceito de 'classes perigosas' no Brasil fez com que, desde o início, os negros se tornassem os suspeitos preferenciais” (Chalhoub, 1996, p. 23).

Mais adiante, o relato do *Commentário* é finalizado, assim como tantos outros, em tom de denúncia e um chamado à ação governamental:

A 30, a 50, a 70, a 80 metros sobre o nível do mar, a Favella é ininterruptamente o mesmo chiqueiro, com grupos de habitações incríveis debruçadas sobre a sinuosa e íngreme valleta ignobil. Chafurdam-se ahi crianças macilentas, cheias de perebas, ramelosas, cyphoficas, estrabicas, dementes, analfabetas. Não sabemos se aquillo é effectivamente um antro de criminosos; é, com certeza, um seminario de delinquentes. A Sociedade futura ha de pagar o desleixo da Sociedade presente. Não conhecemos cousa tão repugnante. E é de assombrar que no seio da Cidade do Rio de Janeiro se consinta que uma falsa pobreza escale um morro admiravelmente situado, e lá se installe, á revelia de policiamento, á revelia da Hygiene, á revelia da Civilisação.

---

<sup>9</sup>O Commentario, Rio de Janeiro, jun. 1905, n° 2, p. 84. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/087866/1753>. Acesso em 17 fev. 2026.

Eis o que é a nossa Favella, sem duvida muitas mil vezes mais asquerosa e pestifera do que a Favella de Canudos<sup>10</sup>.

Seguindo a recorrência das palavras “favela/favella” encontramos, na primeira metade da década de 1900, a consolidação deste ponto da cidade em duas instâncias consideradas relevantes para a construção simbólica da capital federal na Primeira República, que se queria pelas elites “moderna” e “civilizada”: os discursos policial – onde a favela se tornou a residência preferencial dos desordeiros e criminosos da cidade – e higienista – que alertava para o perigo das condições insalubres da região, com valas a céu aberto, córregos de dejetos que desceriam morro abaixo e amontoados de detritos acumulados (que, curiosamente, não eram atribuídos à negligência do poder público, sendo a população residente a única responsável pela situação). Além disso, o discurso higienista era reforçado pelos relatos em primeira mão da imprensa que, apesar de não repetir o discurso criminal, concretizava no imaginário da população cidadina as condições precárias da Favella.

Nos anos seguintes, ambos os discursos continuariam a ser reforçados nas páginas dos jornais da cidade. Em 1906, uma notícia intitulada “Scena de Sangue” publicada no jornal *O Paiz*, repetia o discurso policial que já se havia fixado nas colunas criminais cariocas: “O tradicional morro da Favella, onde campeiam indivíduos de má nota, sempre aptos para promover desordens, serviu hontem à tardinha de teatro de uma scena de sangue indigna e covarde”<sup>11</sup>. Parecia que nem mesmo as reformas urbanas conduzidas conjuntamente entre os governos do prefeito Pereira Passos e do presidente Rodrigues Alves era capaz de conter o espraiamento da população pobre nos morros centrais do Rio de Janeiro.

Porém, em 1907, o futuro da Favella parecia, novamente, posto em dúvida. Em meados de abril, começam a surgir notícias de que uma reunião conjunta entre Prefeitura, Polícia e Higiene decidiu pela completa demolição das habitações da região, sob justificativa de sanear a capital federal. Em 21 de abril, uma nota intitulada “A Polícia” publicada no jornal *O Paiz* nos permite identificar a intenção da ação sanitária:

— Do Dr. Oswaldo Cruz, diretor geral de Saude Publica, recebeu o Sr. Chefe de policia um officio communicando-lhe que, em attenção ao seu pedido, vai intimar os moradores do morro da Favella a que se mudem

<sup>10</sup>*Idem*, p. 88.

<sup>11</sup>*O Paiz*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1906, nº 7781, p. 2. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/178691\\_03/10784](http://memoria.bn.gov.br/docreader/178691_03/10784). Acesso em 17 fev. 2026.

no prazo de 20 dias, afim de serem demolidos os casebres em que habitam<sup>12</sup>.

Em 25 de abril de 1907, uma coluna intitulada “A Hygiene dos morros” publicada no *Jornal do Brasil* serve como outra entre diversas evidências da ação: “[...] devido a uma conferência entre o Prefeito, o Dr, Chefe de Polícia e o Director de Hygiene, ficou assentado que se derrubassem os casebres existentes nos morros de Santo Antonio e Favella, a título de saneamento”<sup>13</sup>. Porém, apesar do prazo de vinte dias estipulado no acordo entre o chefe de polícia e Oswaldo Cruz, a dificuldade em, efetivamente, colocar tal plano em ação fica evidente na análise de edições posteriores dos diversos periódicos que noticiavam as ações da Higiene e da Polícia nos morros da cidade.

Em 3 de junho, outro prazo surge para que sejam despejados os habitantes da região: “O ‘Diario Official’ publicou o edital da Directoria de Saude Publica, intimando os moradores do morro da Favella, do lado da Estrada de Ferro Central do Brasil, a mudarem-se dentro do prazo de 10 dias, findo o qual serão demolidos os casebres ali existentes”<sup>14</sup>.

O novo prazo de dez dias deu início a um acalorado debate sobre o destino da Favella e de seus habitantes. Opinavam entusiastas das ações de saneamento, que consideravam o plano “uma limpeza indispensável” – título de uma famosa charge publicada no periódico *O Malho* em 1907, que retrata Oswaldo Cruz penteando o morro da Favella para se livrar de seus “pioelhos” (ou seja, dos moradores da região retratados como pragas) –, assim como críticos da demolição compulsória das habitações dos morros da cidade, preocupados principalmente com a ausência de políticas que propusessem abrigar de alguma forma os moradores deslocados da região, citando a necessidade de construção de habitações populares que pudessem comportar os trabalhadores mais pobres da cidade como forma de atacar a existência dos cortiços e das “casinhas” que se expandiam na Favella e em Santo Antônio.

A questão das habitações como condicionante das ações de saneamento dos morros se fez presente em diversas notas de opinião e de colunas dos periódicos cariocas.

---

<sup>12</sup>O Paiz, Rio de Janeiro, 21 abr. 1907, nº 8235, p. 3. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/178691\\_03/13852](http://memoria.bn.gov.br/docreader/178691_03/13852). Acesso em 17 fev. 2026.

<sup>13</sup>Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 abr. 1907, nº 115, p. 3. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015\\_02/22529](http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_02/22529). Acesso em 17 fev. 2026.

<sup>14</sup>Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 3 jun. 1907, nº 154, p. 2. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015\\_02/22892](http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_02/22892). Acesso em 17 fev. 2026.

Entre elas, a coluna “Microcosmo” assinada por Carlos de Laet que acompanhava o prazo de dez dias determinado no início de junho, evidencia tal preocupação:

Officialmente publicado foi o edital da Directoria de Saude Publica, intimando os moradores do morro da Favella, do lado da Estrada de Ferro Central do Brasil, a deixarem os seus casebres dentro do prazo de dez dias, findo o qual serão demolidas as habitações allí existentes.

Eis um facto que vai passar despercebido, e não suscitará commentarios, excepto, talvez, o registro de algum poeta que levante epinícios ao progresso republicano, incompatível com os tugúrios acanhados e doentios, onde a gente pobre esconde as suas miserias... Mas nessa vulgar intimação eu descobro infinitas tristezas. Ha no bojo daquelle papel e daquelle ameaça muitas lagrimas e ranger de dentes. Peço, pois, licença para divergir dos poetas officiosos e repetidores de epinícios.

É facto que para arruinar a saúde contribue o desconforto em habitaculo insalubre; mas por outro lado não é menos certo que para realizar uma mudança é preciso ter dinheiro e logar aonde se mude o intimado. Ora, em geral esta é a situação dos infelizes moradores das casinhas condemnadas<sup>15</sup>.

O jornalista prossegue em dura crítica à ação do Departamento de Higiene, em um raro momento de humanização da população residente da Favella, visto que a narrativa predominante da região, como apontamos anteriormente, era de lugar de perigo e lar dos degenerados da cidade. O contraste entre a versão preconceituosa amplamente disseminada na imprensa da cidade e o relato de Carlos de Laet é evidente:

É preciso ter visto a ansiedade, o mixto de terror e de odio que se desenha no semblante dessa turba, quando pelo bairro lhe apparece o pessoal da hygiene. Para debelar tal sentimento não bastam as boas maneiras dos honrados medicos e seus dignos auxiliares, pessoalmente interessados em dissipar antipathias e repulsas violentas. Longe de considerar a hygiene official como uma proteção, um amparo contra os insultos das epidemias, os locatarios das estalagens e barracões mal podem conter o despeito ante o que supõem uma invasão do seu direito, um menoscabo á sua dignidade, uma condemnação da sua miséria.

E por que? Porque realmente o pobre não acha onde morar. Não ha casas ao alcance das modestissimas posses do proletario. Intimar-lhe a que se mude dentro de dez dias é exigir o impossivel, é atiral-o á rua com a mulher e os filhos, é reduzil-o ao peor dos vexames, á mais angustiosa das torturas.

Não obedecida a intimação, implacavel sucede o despejo. Vão para a rua os trastes e as roupas dos infelizes. É a exhibição da sua miséria. É o escarneio do transeunte, amargando ainda mais a agruras da indigencia. É a necessidade de supplicar agasalho aos que nem sempre de bom

<sup>15</sup>O Paiz, Rio de Janeiro, 6 jun. 1907, nº 8281, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/178691\\_03/14208](http://memoria.bn.gov.br/docreader/178691_03/14208). Acesso em 17 fev. 2026.

grado o dispensam. É a mendicância accrescida á penuria. E eis por que ha lagrimas mal contidas e furores apenas sopitados nesses dramas pungivos, em que o officialismo republica inhabilmente se reserva o papel de tyranno<sup>16</sup>.

Entretanto, houve quem comemorasse efusivamente a decisão das ações de saneamento dos morros. Três dias antes do desabafo de Laet, também no jornal *O Paiz*, um texto não assinado já rememorava a infame Favella em tom de despedida:

Dentro de dez dias, deixará tambem de existir um dos mais pittorescos scenarios do velho Rio-colonial. O morro da Favella, de tradição tão fecunda, vai ruir finalmente ao sopro enérgico do movimento progressista que, por entre as viellas lobregas, rasgou as avenidas amplas e luminosas.

O morro da Favella era um dos sitios mais celebres do Rio pela fama audaciosa dos seus sarilhos. Coito de destemidos capoeiras, reducto inexpurgavel de criminosos e facinoras, ninguem ousava subir a sua ladeira tortuosa sem que o coração precipite lhe batesse num receio justificado.

Só ahi habitava gente pobre e má. No alto do morro não ha agua, e em determinadas horas, viam-se longas filas de mulheres subindo a ladeira, com as latas cheias á cabeça.

A Favella tinha os seus heroes, habitavam-n’a capoeira celebrizados e a policia rondava-a, de baixo, cheia de prevençao e de sabres.

Mas agora, tudo passou. Lá se vai a Favella para o pó das coisas velhas. Dentro de dez dias, os casebres que durante annos abrigaram aquella população tão especial, rolarão ao embate das picaretas do progresso.

De ordem da Directoria da Saude Publica, todos os moradores do morro da Favella, sob pena de despejo, deverão mudar-se para que se possa proceder á demolição da vetusta casaria.

Adeus, pois, Favella antiga; breve, o pó, que tudo esconde, esconderá tambem a fama dos teus feitos...<sup>17</sup>

Nesse ponto, podemos identificar, por meio da imprensa, que houve uma notável divisão da opinião pública sobre o saneamento dos morros da cidade. Opinavam apoiadores fervorosos – que ansiavam ver a cidade livre da mácula que, para eles, as casinhas que ocupavam as encostas da cidade representavam –, apoiadores críticos – que apesar de serem favoráveis à decisão de demolir as habitações, preocupavam-se com o destino de seus moradores, seja por ideais humanitários, seja pela preocupação de que pudessem criar novas favelas – assim como indivíduos completamente opostos à

<sup>16</sup>*Idem*.

<sup>17</sup>*O Paiz*, Rio de Janeiro, 3 jun. 1907, n° 8278, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/178691\\_03/14182](http://memoria.bn.gov.br/docreader/178691_03/14182). Acesso em 17 fev. 2026.



próxima à Central do Brasil, perto da usina de electricidade, está quasi toda arrazada. Colchões, camas, moveis pequenos, bancos, mesas, aqui e alli, ao ar livre, em uma exhibição dolorosa”<sup>18</sup>. Em frente a um conjunto de três casinhas derrubadas pelas obras de saneamento, estava Palmyra Maria da Conceição, que havia há pouco perdido sua moradia. Os representantes do *Jornal do Brasil* a abordaram, fazendo perguntas sobre a operação da Higiene no morro. Quando perguntada sobre a localização possível dos moradores expulsos da região, respondeu que alguns “[...] foram lá para cima do matto, outros, que podiam, foram para D. Clara, Rio das Pedras, Madureira...”<sup>19</sup>.

Nos meses e anos seguintes, o ímpeto da Campanha da Higiene parece ter arrefecido, e o tom de triunfo da civilização contra a Favela foi substituído pela recriminação à ausência de iniciativas do poder público para erradicar, por completo, o “antro de criminosos” que foi construído tão zelosamente na imprensa da cidade, geralmente representada por charges (Figura 2).

Figura 2 - Charge “O Morro da Favela” (1909)



Fonte: *Jornal do Brasil*, 11 de junho de 1909.

O testemunho de Palmyra sobre o destino dos moradores expulsos, entretanto, nos aproxima de outra temática relevante à temática da ocupação urbana do Rio de Janeiro, na suburbanização da população marginalizada. O bairro de Dona Clara, contíguo ao bairro de Madureira, localizado na atual Zona Norte da cidade, passou a receber grande atenção da imprensa nos meses seguintes à Campanha da Higiene de 1907, em um

<sup>18</sup>Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 jun. 1907, nº 163, p. 3. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015\\_02/22975](http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_02/22975). Acesso em 17 fev. 2026.

<sup>19</sup>*Idem*.

momento em que a cidade parecia aperceber-se de seus “sertões” suburbanos. Até mesmo literatos notórios dispensavam aos arrabaldes da cidade algumas linhas de seus textos:

Em maio de 1908, o poeta Olavo Bilac, no espaço nobre da crônica dominical da Gazeta de Notícias, chamava a atenção dos leitores para aquilo que definia como uma novidade do tempo: a vitalidade recente da vida dos subúrbios. “Já agora é preciso contar com os subúrbios na vida do Rio de Janeiro”, explicava o cronista, chamando a atenção para o fato de que “a cidade já não acaba em S. Cristóvão” (O’Donnell, 2012, p. 3).

Para a região de Madureira e Dona Clara, mencionadas por Palmyra, a atenção da imprensa repousava na concretização do maior medo dos críticos à intervenção da Higiene nos morros centrais do Rio de Janeiro. Em 24 de abril de 1908, o *Correio da Manhã* denunciava uma “sucursal da Favela” em Dona Clara, enquanto *A Imprensa* noticiava, em 22 de março de 1909, a “nova Favella” na estação de trem homônima, localizada na linha circular da Estrada de Ferro Central do Brasil. Em 1911, o *Echo Suburbano* – um pequeno periódico publicado em Madureira – denunciava o que chamavam de *A Perdição nos Subúrbios*, ao relatar, em consonância com os grandes jornais da cidade, o cotidiano de violência da região de Dona Clara.

As “cenas de sangue”, agora, eram noticiadas com frequência, desta vez nos subúrbios cariocas. Fica evidente que os estigmas associados à população do morro da Favella foram afixados, também, em D. Clara, local que ficaria conhecido nos anos seguintes pelas desventuras de Maria Sapeca, uma “valente” da região que alimentou o imaginário da cidade com seus feitos (Cruz, 2020).

Finalmente, um elemento que merece atenção é a possibilidade de uma análise racializada destes episódios interconectados. A questão racial é um fio condutor potente que permeia as histórias dos cortiços, das favelas e dos subúrbios da cidade. Os cortiços eram uma possibilidade de habitação de escravizados fugidos e “de ganho” antes da Abolição, e uma parcela considerável da repressão a estas habitações se deu por conta desta conexão. No início do século XX, a expansão das favelas nas regiões centrais da cidade – e, com o exemplo de Dona Clara, para seus distritos suburbanos – é acompanhada de uma linguagem que atacava as “classes perigosas” cariocas, em uma retórica próxima à dicotomia *civilização x barbárie*. O “cerco à cidade negra” (Cruz, 2020), cujo plano, em última instância, era de “modernizar” a cidade por meio de uma estética europeizada, construiu no vício, no crime e na pobreza as justificativas

necessárias para lapidar o Rio de Janeiro à imagem e semelhança de suas elites.

Tendo com base uma série de ideologias racistas, como a ideologia da Higiene (Chalhoub, 1996) e a ideologia do branqueamento (Skidmore, 1976), entendemos que a sociedade brasileira, regida por suas elites brancas, apontavam o vício, a insalubridade, a pobreza e a negritude da população brasileira como âncoras que impediam o progresso da infante república brasileira – sendo, inclusive, estas máculas elementos interconectados. Os atos de “civilizar” e “modernizar” a cidade (e o país) passavam pelo processo de europeização não apenas cultural e estética, mas também étnica, de livrar as ruas – os prédios e os indivíduos – de quaisquer características não-brancas.

O Século das Favelas, em seus primeiros anos, já anunciava as contradições que viriam a se acentuar nas décadas seguintes nos processos de favelização do Rio de Janeiro, e nos processos contínuos de marginalização das populações negras e pobres da cidade, processo este que ainda permanece em moção nas primeiras décadas do século XXI.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar contextualmente as ações e discursos que levaram à condução da Campanha da Higiene de 1907 na região central do Rio de Janeiro, então a capital federal do Brasil. Entendemos que este evento não ocorreu de forma isolada, mas sim como um processo contínuo de cerco às habitações populares presentes na cidade. Desde as ações de combate à disseminação dos cortiços no Império – lar das populações pobres e (mesmo que não exclusivamente) negras da cidade que surgiam como resposta ao déficit populacional da capital no decorrer do século XIX –, o cerco às habitações populares entre a “Era dos Cortiços” e o “Século das Favelas” foi investido de legitimidade por meio de discursos sanitaristas e policiais. Tão logo os cortiços deixaram de ser promovidos como o *locus* das mazelas da cidade, os morros de Santo Antônio e da Favella foram eleitos pelas elites – e propulsionados na opinião pública – como os novos inimigos da modernidade brasileira.

A Campanha da Higiene de 1907 representou mais um capítulo do histórico que já se desenhava desde as primeiras menções ao morro da Favella na imprensa carioca, nos primeiros meses da década de 1900, que assombravam o imaginário da cidade com cenas violentas e um cenário de desolação e insalubridade. Mesmo assim, concluímos

que a mobilização da opinião pública por meio da imprensa e as ações conjuntas de órgãos do poder público – principalmente, da Polícia e da Saúde Pública – foram insuficientes para repetir a (supostamente) triunfante saga de Barata Ribeiro contra os cortiços, poucos mais de dez anos antes, nos morros centrais da cidade. Ainda assim, seu sucesso parcial levou à dispersão de parte da população a outras regiões da cidade, dessa vez nos subúrbios, para onde os estigmas de espaços criminalizados foram transplantados.

Com isso, esperamos que este trabalho sirva como uma produção que enriqueça as análises sobre a ocupação dos espaços urbano e suburbano cariocas, considerando o aprofundamento de elementos interseccionais (como raça, classe e território) nos debates sobre a produção da cidade e a relação entre o Rio de Janeiro e suas populações marginalizadas um tópico com considerável potencial historiográfico.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado”** do Rio de Janeiro. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARDOSO, Rafael. **Modernidade em preto e branco: arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1965.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CELLARD, André. A análise documental. *In*. POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvares. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.** 3.ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CRUZ, Alline Torres Dias da. **De Madureira a Dona Clara: suburbanização e racismo no Rio de Janeiro no contexto pós-emancipação.** São Paulo: Hucitec, 2020.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. *In*, MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Org.). **História da Imprensa no Brasil.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil: 500 anos de povoamento.** Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

MENDONÇA, Leandro Climaco. Imprensa e subúrbios: entre suplemento, noticiário e instrumento de militância. IN: SANTOS, Joaquim Justino dos; MATTOSO, Rafael; GUILHON, Teresa (Org.). **Diálogos Suburbanos**: identidades e lugares na construção da cidade. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

O'DONNELL, Julia Galli. **Narrativas (sub)urbanas**: representações dos subúrbios na imprensa carioca (1890-1930). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VILLELA, André. Qual era a população da cidade do Rio de Janeiro entre 1779 e 1870? Novas estimativas. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 1-30, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2119>. Acesso em: 20 fev. 2026.

O artigo assinado é de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.